certidão, além do nome do réu, o do seu fiador e testemunhas abonatórias, com a indicação das moradas.

Art. 25.º Passam para o Estado todos os salários que actualmente ainda recebem os escrivães dos juízos de investigação criminal e das transgressões, distritos criminaes, encarregados do registo criminal e officiaes de diligências do crime e transgressões.

Art. 26.º Além do seu actual vencimento, terão mais o seguinte:

Escrivães dos juízos de investigação criminal, distritos criminaes, juízos criminaes e das transgressões e encarregados do registo criminal de Lisboa e Porto, 250\$.

Escrivães ajudantes dos distritos criminaes, juízos de investigação e das transgressões e ajudantes dos encarregados do registo criminal de Lisboa e Porto, 150\$.

Officiaes de diligências dos juízos de investigação, distritos criminaes, juízos criminaes e juízos das transgressões, 150\$.

Art. 27.º Acrescerá à taxa do papel selado que fôr impresso ou dactilografado, em processos judiciais, um selo do imposto de 505, em cada meia fôlha, inutilizado nos termos do regulamento em vigor.

Art. 28.º A percentagem a favor do Estado a que se refere o artigo 5.º e seu § único do decreto n.º 4:566, de 9 de Julho de 1918, é elevada para a comarca de Lisboa a 50 por cento, para a comarca do Porto a 25 por cento, e para as demais comarcas a 12 por cento.

Art. 29.º É o Governo autorizado a remodelar a tabela dos emolumentos e salários judiciais.

Art. 30.º Fica revogada a legislação em contrario.

Determina-se, portanto, que todas as autoridades, a quem o cumprimento e a execução do presente decreto com força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir tam inteiramente como nele se contém.

Os Ministros de todas as repartições assim o tenham entendido e façam publicar. Paços do Governo da República, 10 de Maio de 1919. — JOÃO DO CANTO E CASTRO SILVA ANTUNES — Domingos Leite Pereira — António Joaquim Granjo — Amílcar da Silva Ramada Curto — António Maria Baptista — Vitor José de Deus de Macedo Pinto — Xavier da Silva Júnior — Júlio do Patrocínio Martins — João Lopes Soares — Leonardo José Coimbra — Jorge de Vasconcelos Nunes — Luis de Brito Guimarães.

Decreto n.º 5:555

Atendendo a que é de interesse geral melhorar e aperfeiçoar a administração da justiça, simplificando e especializando funções:

Atendendo a que para esse aperfeiçoamento convém desde já descongestionar os serviços a cargo do Ministério Público nos tribunais de comércio de Lisboa, visto o progressivo acréscimo de causas em que têm de intervir estes magistrados, já como parte principal, já como accessória, e a complexidade destas:

Atendendo à que não se justificam algumas restrições que lhes são impostas pela legislação em vigor nem a incumbência de determinados actos que lhes são confiados;

Atendendo a que é justo e equitativo equipálar quanto possível em atribuições e proventos os diferentes magistrados e funcionários:

Em nome da Nação, o Governo da República Portuguesa decreta, e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º São desintegrados da secretaria da 1.ª vara do Tribunal do Comércio de Lisboa os serviços de conservatória do registo comercial desta comarca.

Art. 2.º Ao actual secretário da 1.ª vara do Tribunal do Comércio de Lisboa ficam exclusivamente pertencendo

as funções de conservador do registo comercial da comarca de Lisboa, que continuará a exercer nos termos da legislação em vigor, mas sob esta designação.

§ único. Todas as demais atribuições a cargo deste magistrado que não forem desintegradas pelo presente decreto ficam pertencendo e serão função do secretário que fôr nomeado para esta vara, o qual fica perfeitamente equiparado em atribuições e proventos ao secretário do 2.ª vara do mesmo tribunal.

Art. 3.º O conservador do registo comercial da comarca de Lisboa continuará a perceber o ordenado que actualmente lhe compete e bem assim os emolumentos que pela legislação em vigor lhe competem pelos actos de registo comercial, sem prejuizo da parte que deles pertença à Fazenda Pública.

§ único. Todos os demais emolumentos passarão com as respectivas funções para o secretário desta vara.

Art. 4.º O lugar de secretário da 1.ª vara do Tribunal do Comércio de Lisboa será provido em individuo com o curso de direito, de reconhecida competência.

Art. 5.º As despesas de instalação, pessoal, expediente e quaisquer outras da conservatória do registo comercial da comarca de Lisboa são exclusivamente a cargo e da responsabilidade do respectivo conservador.

Art. 6.º São desintegradas do secretário da 2.ª vara do Tribunal do Comércio de Lisboa as funções de arquivista das duas varas do mesmo Tribunal.

Art. 7.º É suprimido o arquivo do Tribunal do Comércio de Lisboa, deynço encorporar-se nos respectivos cartórios os processos ou fragmentos que o constituíam.

Art. 8.º Aos secretários dos tribunais do comércio de Lisboa e Porto serão contados emolumentos em todos os processos em que fôrem devidas custas e em que intervenham como parte principal, accessória, assistentes, de ver de officio ou fiscalização, quer representem ou não a Fazenda Pública, e por todos os actos que effectuem, assistam, intervenham ou promovam e ser-lhes hão pagos nos termos da legislação em vigor.

Art. 9.º Os secretários dos tribunais do comércio das comarcas de Lisboa e Porto não poderão advogar nas causas em que por qualquer forma intervenham como secretários, ainda mesmo que o façam como méros fiscaes.

Art. 10.º Pertence exclusivamente aos escrivães dos tribunais comerciais os registos das sentenças respectivas, bem como a expedição de officios determinados por despachos nos autos.

Art. 11.º Fica revogada a legislação em contrario.

Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e a execução do presente decreto com força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nele se contém.

Os Ministros de todas as Repartições assim o tenham entendido e façam publicar. Paços do Governo da República, 10 de Maio de 1919. — JOÃO DO CANTO E CASTRO SILVA ANTUNES — Domingos Leite Pereira — António Joaquim Granjo — Amílcar da Silva Ramada Curto — António Maria Baptista — Vitor José de Deus de Macedo Pinto — Xavier da Silva Júnior — Júlio do Patrocínio Martins — João Lopes Soares — Leonardo José Coimbra — Jorge de Vasconcelos Nunes — Luis de Brito Guimarães.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Repartição do Gabinete

Decreto n.º 5:556

Considerando que os cargos que devem ser desempenhados por officiaes do quadro dos auxiliares do man-